

Nabuco agradece à Sociedade pelas felicitações recebidas em longa carta, que tem data de 8 de abril de 1880. Notemos a gentileza com que ele se refere à Inglaterra:

“O fato de uma grande companhia inglesa ter-se prestado durante vinte anos a ser o instrumento principal da escravidão ilegal de centenas de homens cuja liberdade havia sido solenemente prometida por um contrato público, em parte alguma poderia suscitar tanta indignação quanto na Inglaterra. É por isso que a São João de Rey Mining e seus cúmplices nunca tiveram adversários mais constantes e irreconciliáveis do que os representantes de Sua Majestade Britânica no Brasil.

“Eu estava perfeitamente ciente na ocasião de que estava prestando um serviço tanto à nação inglesa quanto aos escravos do Morro Velho, denunciando a espoliação da liberdade humana, perpetrada por uma importante empresa de mineração de ouro da América do Sul sob o signo da bandeira inglesa.

“Tinha eu, em vista, apenas chamar a atenção do país para aquele escandaloso conluio e lhe dar a maior publicidade possível. De fato a Justiça depois desse passo não podia se fazer demorada. Compartilho com o maior entusiasmo o louvor que o Senhor tece ao digno Magistrado, cujo nome peço licença para mencionar, o Juiz Frederico Augusto Álvares da Silva, que por sua sentença afirmou o direito dos negros da Catta Branca à sua liberdade e ao seu salário por uma forma, estou seguro, que não será alterada daqui por diante. Infelizmente é muito lamentável e o caso deveria ser investigado que dos 380 escravos que em 1845 conseguiram a justo título, um direito perfeito, à sua liberdade (os menores quando atingissem 21 anos, os outros depois de 14 anos de serviços prestados), somente 123 apareçam agora para receber as suas cartas de alforria das mãos da Justiça Pública”.

Da decisão de primeira instância houve recurso de parte a parte.

Em 23 de outubro de 1881, Nabuco escreve à Sociedade dando notícias do andamento do processo:

“A sentença da Corte de Apelação de Ouro Preto foi anulada e a Corte de Apelação do Rio proferirá nova sentença a respei-